

## PARECER INDEPENDENTE

### sobre a primeira emissão de títulos verdes da Platão Capital<sup>1</sup> em 2023<sup>2</sup>

Valor da emissão: R\$ 95 milhões

Vencimento: Agosto/2037 (14 anos)

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP

- Energia renovável

GBP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de Melhoria
Uso de Recursos	Liderança	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ 100% dos recursos direcionados para CAPEX futuro de projetos de geração distribuída de energia solar;</li> <li>✓ Projetos com previsão de entrada em operação entre novembro de 2023 e janeiro de 2024;</li> <li>✓ Uso de recursos alinhado com <i>Green Bond Principles</i>, <i>Taxonomia EU</i> e <i>Climate Bonds Initiative</i>;</li> <li>✓ Alocação integral dos recursos em até 9 meses após a emissão.</li> </ul>	-
Seleção e Avaliação de Projetos	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Emissão alinhada com estratégia da Platão Capital e ausência de controvérsias ASG relacionadas aos projetos elegíveis;</li> <li>✓ Geração anual prevista de 30.524 MWh de energia renovável e 1.300,32 toneladas de CO<sub>2</sub>eq evitadas;</li> <li>✓ Critérios definidos para a seleção de projetos, como realização de <i>due diligence</i> técnica e ambiental, ausência de conflitos fundiários, e realização de processos jurídicos necessários;</li> <li>✓ Emissor demonstrou capacidade interna adequada para garantir que os benefícios ambientais identificados sejam atingidos e monitorados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Ausência de plano formalizado de descomissionamento ou logística reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil.</li> </ul>
Gestão de Recursos	Confortável	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Total dos custos dos projetos elegíveis superior ao valor da emissão verde;</li> <li>✓ Empresa <i>pure play</i>, mitigando o risco dos recursos serem contaminados por projetos carbono-intensivos;</li> <li>✓ Os projetos elegíveis não foram objeto de outras emissões verdes ou rotuladas;</li> <li>✓ Recursos serão mantidos em conta separada para os projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Ausência de mecanismos de redirecionamento dos recursos no caso de descumprimento dos critérios dos GBP1 e GBP2;</li> <li>✗ Ausência de mecanismos de vencimento antecipado em caso de alteração no uso de recursos.</li> </ul>
Relato	Liderança	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reporte anual de indicadores financeiros e de impacto até a maturidade da emissão;</li> <li>✓ Este Parecer será disponibilizado ao público em geral;</li> <li>✓ Verificação externa em até 12 meses, que também será disponibilizada ao público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✗ Reporte anual de indicadores financeiros e benefícios ambientais restrito a investidores;</li> <li>✗ Granularidade de reporte não definida.</li> </ul>

### Gestão socioambiental da Empresa

#### Pontos fortes:

- ✓ Não foram identificadas áreas sensíveis próximas aos empreendimentos, como Unidades de Conservação, APPs, comunidades tradicionais, sítios arqueológicos, entre outros;
- ✓ São realizados treinamentos a cada dois anos com trabalhadores de campo em relação às Normas Reguladoras (NR 10, NR 18, NR 35 e NBR 18.801);
- ✓ Sem histórico de controvérsias envolvendo os projetos.

#### Pontos de melhoria:

- ✗ A companhia não possui um Sistema de Gestão Ambiental formalizado;
- ✗ A empresa não possui uma política de saúde e segurança do trabalho;
- ✗ Não possui canal de ouvidoria;
- ✗ A empresa não possui políticas e/ou procedimentos formalizados em relação a temas materiais ambientais, sociais e de governança;
- ✗ Não há um Plano de Descomissionamento ou de Logística Reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil das usinas.

<sup>1</sup> A Platão Capital é subsidiária da Platão Investimentos, assim como a Platão Energia.

<sup>2</sup> Créditos imobiliários da 173ª (centésima septuagésima terceira) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios Cédidos pela SPRS Platão Capital III S.A.



## Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence) é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o *Extel Independent Research in Responsible Investment - IRRRI 2019*. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e, desde 2020, estamos entre os 10 maiores provedores globais de segunda opinião para títulos sustentáveis. Em fevereiro de 2023, nos tornamos uma empresa do Grupo ERM.

## SUMÁRIO

I. Escopo de trabalho .....	3
II. Opinião .....	6
III. Performance socioambiental dos projetos .....	14
IV. Performance ASG da Platão Capital .....	21
V. Green Bond Principles Form .....	24
Anexo I - Método .....	29

## I. Escopo de trabalho

---

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde (“Green Bond”) dos Créditos Imobiliários da 173ª (centésima septuagésima terceira) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis Imobiliários da True Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios cedidos pela SPRS Platão Capital III S.A (“Platão Capital”), subsidiária da Platão Investimentos.

Para fins de atribuição de rótulo verde à operação, o “uso de recursos” avaliado pela NINT pode ser constituído por investimentos, custos ou despesas operacionais, passadas ou futuras, da devedora. Dessa forma, os “usos de recursos” mencionados ao longo do presente relatório não estão se referindo, necessariamente, a destinação de recursos prevista pelos CRIs, regidos por regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e sim a gastos passados ou futuros associados às operações de Geração Distribuída da Platão.

Os recursos obtidos com a emissão, cujo volume total é de R\$ 95.000.000,00 com prazo de vencimento em 14 anos (2037), serão utilizados para gastos futuros relacionados ao CAPEX de oito projetos de geração distribuída de energia solar localizadas nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. As usinas entrarão em operação entre novembro de 2023 e janeiro de 2024.

A NINT utilizou uma versão simplificada de seu método proprietário de avaliação - que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)<sup>3</sup>, a *Climate Bonds Taxonomy*<sup>4</sup> da *Climate Bonds Initiative*, o Guia para Ofertas de Títulos ESG<sup>5</sup> da Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), o Guia de Dívida Sustentável no Brasil<sup>6</sup> e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente para analisar a emissão.

A opinião da NINT é baseada em:

- Análise da emissão com base na análise do termo de securitização dos CRI;
- Performance socioambiental dos projetos de acordo com o processo de licenciamento ambiental e procedimentos de gestão;
- Performance Ambiental, Social e de Governança (ASG) da Platão Capital a partir da avaliação das políticas e práticas empresariais e pesquisa de controvérsias.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Platão Capital, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes responsáveis pela emissão do CRI, pelos projetos e pela gestão empresarial, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado em agosto de 2023.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;

---

<sup>3</sup> <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Bond-Principles-June-2021-100621.pdf>

<sup>4</sup> <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>

<sup>5</sup> <https://esg.nintgroup.com/guia-para-ofertas-de-titulos-esg-anbima>

<sup>6</sup> <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>



- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação.

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do *International Ethic Standards Board for Accountants* (IESBA, 2019).

A Platão Capital pretende obter a classificação de Título Verde, em linha com o Guia de Dívida Sustentável no Brasil (2023) (Febraban)<sup>7</sup>, o Guia para Ofertas de Títulos ESG da Anbima e os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021.

---

<sup>7</sup> <https://esg.nintgroup.com/guia-divida-sustentavel-no-brasil-2023>



## Declaração de Responsabilidade

A NINT (Natural Intelligence) não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Platão Capital, do grupo ao qual pertence ou de suas subsidiárias. Desta forma, a NINT declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) Verdes da Platão Capital.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Platão Capital. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT<sup>8</sup> não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

### ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

---

<sup>8</sup> A responsável final por este parecer de segunda opinião (*second-party opinion*) é a NINT - Natural Intelligence LTDA, uma empresa do Grupo ERM.



## II. Opinião

Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião, os CRI da Platão Capital, emitidos pela True Securitizadora estão em conformidade com os *Green Bond Principles* (GBP) e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado aos *Green Bond Principles* (GBP). Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no [Anexo I - Método](#).

A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Título Verde aos quatro componentes dos GBP.

GBP e Classificação	Resumo das práticas e opinião da NINT																												
<p data-bbox="279 1395 387 1451">Uso de recursos</p> 	<p data-bbox="451 1084 1353 1267"><b>Descrição dos projetos e categorias financiadas:</b> Os recursos captados pela Platão Capital por meio da emissão dos CRI, que totalizam R\$ 95.000.000 (noventa e cinco milhões de reais), serão destinados para gastos futuros relacionados ao CAPEX de oito projetos de geração distribuída de energia solar. A alocação integral dos recursos está estimada para ocorrer em até 9 meses após a emissão.</p> <p data-bbox="451 1301 1353 1451">Os projetos objeto da emissão compreendem oito usinas solares fotovoltaicas (UFV), que serão implantadas nos municípios de Paraíso do Norte, Apucarana, Manoel Ribas, Guapirama, São João do Caiuá e Mamborê, localizados no estado do Paraná e nos municípios de Campo Grande e Dourados, localizados no estado do Mato Grosso do Sul.</p> <p data-bbox="451 1485 1353 1608">Na Tabela 1 estão detalhadas as localizações das oito usinas, as datas de início da operação e suas capacidades instaladas. De acordo com a empresa, todas as UFVs entrarão em operação entre novembro de 2023 e janeiro de 2024.</p> <p data-bbox="722 1644 1082 1677" style="text-align: center;"><b>Tabela 1. Status das usinas</b></p> <table border="1" data-bbox="536 1697 1267 2009"> <thead> <tr> <th>Projeto</th> <th>Município/Estado</th> <th>Data de operação</th> <th>Capacidade Instalada (MWp)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SPE - 08</td> <td>Paraíso do Norte/PR</td> <td>Dezembro/2023</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>SPE - 09</td> <td>Apucarana/PR</td> <td>Novembro/2023</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>SPE - 10</td> <td>Manoel Ribas/PR</td> <td>Dezembro/2023</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>SPE - 11</td> <td>Guapirama/PR</td> <td>Dezembro/2023</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>SPE - 12</td> <td>São João do Caiuá/PR</td> <td>Novembro/2023</td> <td>2,5</td> </tr> <tr> <td>SPE - 13</td> <td>Mamborê/PR</td> <td>Dezembro/2023</td> <td>2,5</td> </tr> </tbody> </table>	Projeto	Município/Estado	Data de operação	Capacidade Instalada (MWp)	SPE - 08	Paraíso do Norte/PR	Dezembro/2023	2,5	SPE - 09	Apucarana/PR	Novembro/2023	2,5	SPE - 10	Manoel Ribas/PR	Dezembro/2023	2,5	SPE - 11	Guapirama/PR	Dezembro/2023	2,5	SPE - 12	São João do Caiuá/PR	Novembro/2023	2,5	SPE - 13	Mamborê/PR	Dezembro/2023	2,5
Projeto	Município/Estado	Data de operação	Capacidade Instalada (MWp)																										
SPE - 08	Paraíso do Norte/PR	Dezembro/2023	2,5																										
SPE - 09	Apucarana/PR	Novembro/2023	2,5																										
SPE - 10	Manoel Ribas/PR	Dezembro/2023	2,5																										
SPE - 11	Guapirama/PR	Dezembro/2023	2,5																										
SPE - 12	São João do Caiuá/PR	Novembro/2023	2,5																										
SPE - 13	Mamborê/PR	Dezembro/2023	2,5																										



SPE - 15	Campo Grande/MS	Janeiro/2024	2,5
SPE - 14	Dourados/MS	Janeiro/2024	2,5

Fonte: Platão Capital

**Descrição dos benefícios ambientais do uso de recurso e alinhamento com *standards* de sustentabilidade e avaliação de projetos:** O uso de recursos está alinhado com a categoria de ‘energia renovável’ dos *Green Bond Principles (GBP)*. Ainda, a categoria de ‘energia renovável’ dos GBP é considerada pelo *Green Project Mapping*<sup>9</sup> da *International Market Capital Association (ICMA)* como primária para **mitigação das mudanças climáticas** e terciária para a **conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição**.

Além disso, o uso de recursos está alinhado com os critérios de energia solar dos *Climate Bonds Standards*<sup>10</sup> e com a *Climate Bonds Taxonomy*<sup>11</sup>. De acordo com o *Background Paper do Climate Bonds Standard*<sup>12</sup> do critério de Energia Solar, as emissões ao longo do ciclo de vida das usinas solares são suficientemente baixas para permitir que a energia solar seja designada como uma solução de baixo carbono, sendo que a intensidade das emissões ao longo do ciclo de vida das usinas solares varia entre 35gCO<sub>2</sub>e/kWh e 100gCO<sub>2</sub>e/kWh. As emissões ao longo do ciclo de vida incluem todas as emissões relacionadas à construção, operação e descomissionamento.

Do mesmo modo, a **Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia**<sup>13</sup> aponta a atividade econômica de geração de energia solar como sustentável, visto que contribui para a mitigação das mudanças climáticas. Além disso, o documento indica que qualquer tecnologia de geração de energia renovável está alinhada com a taxonomia se for possível demonstrar, usando uma avaliação da Pegada de Carbono de Produto (PCF) conforme a ISO 14067 ou o GHG Protocol, que os impactos do ciclo de vida para produzir 1 kWh de eletricidade estão abaixo do seguinte limite: instalações que operam com emissões do ciclo de vida inferiores a 100gCO<sub>2</sub>e/kWh e sendo reduzidas para emissões líquidas de 0gCO<sub>2</sub>e/kWh até 2050.

De acordo com a publicação “**Não Perca Esse Bond**”<sup>14</sup>, o investimento em energia solar pode ser elegível a emissão de títulos verdes e está alinhado a um cenário de mudança climática de 1,5°C, uma vez que apresenta reduções superiores a 90% quando comparada com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis.

Ainda, como mostrado na Tabela 2, projetos de geração de energia renovável também estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7 (“Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos”) e 13 (“Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”).

<sup>9</sup> <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

<sup>10</sup> <https://www.climatebonds.net/standard/solar>

<sup>11</sup> <https://www.climatebonds.net/standard/taxonomy>



<sup>12</sup> <https://www.climatebonds.net/files/files/standards/Solar/Solar%20Criteria%20Background%20Paper.pdf>

<sup>13</sup> [https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business\\_economy\\_euro/banking\\_and\\_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/business_economy_euro/banking_and_finance/documents/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf)

<sup>14</sup> <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>



Tabela 2. ODS e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
	7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Fonte: *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas.*

Não foram identificadas lacunas em relação ao alinhamento aos principais *standards* de rotulagem de títulos verdes. A alocação total dos recursos do CRI emitido ocorrerá em até 9 meses após a emissão, para projetos com entrada em operação estimada entre novembro de 2023 e janeiro de 2024. Portanto, a classificação do componente é de **Liderança**.

Processo de seleção e avaliação de projetos



**Alinhamento com a estratégia do emissor:** O objetivo da emissão é financiar projetos de geração distribuída (GD) de energia solar, que graças à conversão dos raios solares em energia elétrica, são fonte não emissora de gases de efeito estufa (GEE) ou poluentes na atmosfera. Os projetos financiados ainda possuem potencial de ampliar a disponibilidade de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Além disso, a GD é a geração de energia elétrica realizada perto do seu consumidor final, a partir de usinas conectadas à rede de distribuição de energia e que não são nem despachadas nem planejadas centralmente. No Brasil, a GD é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), classificando-a em microgeração distribuída (até 75 kW) e minigeração distribuída (superior a 75 kW e inferior ou igual a 3 MW, podendo ser até 5 MW em situações específicas). Dentre os benefícios frente aos sistemas de geração centralizada destacam-se os menores impactos locais por se tratar de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, com menor demanda por área para a sua construção. Ademais, a GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas ativas e reativas nas linhas de transmissão e na distribuição, e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.

O benefício do consumo de energia de GD está no uso do excedente de energia gerada para abatimento do consumo na unidade. Isto é, quando a quantidade de energia gerada em determinado mês for superior à energia consumida naquele período, o consumidor fica com créditos no Sistema de Compensação de Energia Elétrica<sup>15</sup>. Estes créditos podem ser utilizados em até 60 meses para diminuir a fatura dos meses seguintes, sendo que também podem ser usados para abater o consumo de outras unidades do mesmo titular e dentro da mesma área de concessão da distribuidora de energia.

A geração de energia das oito UFVs está associada à injeção de energia na rede e posterior geração de créditos no Sistema de Compensação de Energia Elétrica, que serão compensados de maneira pulverizada por pequenas e médias empresas.

<sup>15</sup> <https://www.gov.br/aneel/pt-br/assuntos/geracao-distribuida>



Deste modo, a Platão Capital possibilita impactos socioambientais positivos, principalmente, pela diversificação da fonte na matriz elétrica brasileira, além dos projetos de GD serem geradores de energia de baixo impacto ambiental, contribuir para a postergação da construção de novas grandes usinas de energia e de apresentarem um menor tempo de implantação.

A missão da empresa é contribuir com a transição para um modelo de geração energética mais eficiente, sustentável e próximo dos consumidores. Nesse sentido a instalação de novos parques de energia solar para geração de energia está em linha com os objetivos e estratégias da empresa.

**Processo de seleção e avaliação dos projetos:** O processo de avaliação e implantação dos projetos segue as seguintes etapas:

1. Realização de uma diligência para validação do processo de implementação dos projetos das usinas fotovoltaicas (UFVs) que conta com diversas etapas, dentre elas uma diligência fundiária, ambiental e técnica que se baseia em estudos para verificar a aptidão da área para receber uma usina;
2. Realização de processos jurídicos, como o licenciamento dos empreendimentos e outros atos regulatórios para as usinas, como a obtenção de autorização de supressão vegetal e regularização dos CAR dos terrenos que foram escolhidos.

Quanto ao licenciamento ambiental, todas as seis UFVs do Paraná possuem o respectivo Certificado de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual. Já para a UFV de Campo Grande, a empresa está aguardando emissão do Informativo de Atividade por parte do IMASUL, que isenta a usina de licenciamento ambiental e, para a UFV de Dourados, a empresa está no aguardo de uma declaração de isenção por parte do órgão municipal, uma vez que há um decreto<sup>16</sup> recente em Dourados que isenta o projeto de licenciamento ambiental.

Em relação ao CAR das propriedades, a empresa apresentou como evidência os registros dos CAR para os projetos elegíveis localizados no Paraná, de modo que todos se encontram ativos e com percentual de RL dentro dos limites estabelecidos para o bioma. Já para as UFVs de Campo Grande e Dourado, a empresa apresentou os certificados de inscrição no CAR.

Mais informações a respeito do licenciamento ambiental e dos CAR das UFVs podem ser encontradas na seção [Performance socioambiental dos projetos](#).

**Gestão socioambiental dos projetos:** A Platão Capital não possui política formalizada de gestão socioambiental.

A empresa informou que a Área de Planejamento é responsável pelo monitoramento das licenças e condicionantes e a contratação da mão de obra para a instalação das usinas é responsabilidade da área de Recursos Humanos. Ainda em relação a mão de obra há um corpo técnico exclusivo que monitora as condições de trabalho, visando garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança.

<sup>16</sup> Decreto nº 2.316 de 29 de maio de 2023: <https://do.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/01-06-2023-tiwiyr8.pdf>



A empresa informou que realiza diligências fundiárias, ambientais e técnicas nos terrenos em que deseja implantar suas usinas fotovoltaicas.

A Platão não descreveu como acontece a gestão operacional dos projetos.

Não foi identificado histórico de controvérsias recentes envolvendo a Platão Capital ou o grupo ao qual pertence.

Segundo o estudo “Não Perca esse Bond”, um potencial impacto adverso da implantação de usinas solares, considerado pouco significativo devido ao longo tempo de vida útil dos equipamentos, é o descarte incorreto de resíduos gerados pela troca de placas ou o descomissionamento das usinas. A esse respeito, a Platão Capital não apresentou práticas ou políticas formalizadas voltadas ao descomissionamento ou à logística reversa após fim de vida útil dos equipamentos, o que é uma lacuna na gestão dos impactos ambientais de suas operações.

Assim sendo, considerando que a empresa possui práticas de gestão socioambiental dos projetos, como a realização de diligência fundiária e jurídica, avaliamos que a Platão Capital demonstrou capacidade interna adequada para garantir que os benefícios ambientais identificados sejam atingidos. Apesar disso, a companhia não apresenta processos adequados para gerenciar e mitigar potenciais impactos negativos advindos dos projetos elegíveis.

**Benefícios ambientais esperados:** Dado que o projeto consiste em geração de energia a partir de fonte solar, os benefícios associados consistem em fomentar uma matriz energética mais sustentável e a redução da emissão de CO<sub>2</sub> na atmosfera. A tabela a seguir apresenta os valores estimados da geração anual de energia renovável da usina e seu potencial de redução de emissões de carbono evitadas em relação a eletricidade gerada (tCO<sub>2</sub>eq/ano).


Tabela 3. Geração de energia e emissões de CO<sub>2</sub>eq evitadas

Projeto	Estimativa anual de geração de energia (MWh/ano)	Estimativa de emissões evitadas (tCO <sub>2</sub> eq/ano)
SPE - 08	3.504	149,27
SPE - 09	3.504	149,27
SPE - 10	3.504	149,27
SPE - 11	3.504	149,27
SPE - 12	3.504	149,27
SPE - 13	3.504	149,27
SPE - 15	4.023	171,38
SPE - 14	5.477	233,32


Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pela Platão Capital

Conforme apresentado acima, a geração estimada das oito usinas é de 30.524 MWh por ano, que tem o potencial de evitar emissões de gases de efeito estufa na ordem de 1.300,32 tCO<sub>2</sub>eq/ano.

Para o cálculo das emissões evitadas, foi utilizada a metodologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações com aplicação dos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> equivalente pela geração de energia elétrica do Sistema Integrado Nacional (SIN). Os fatores de emissão de CO<sub>2</sub> pela geração de energia elétrica no SIN do Brasil estimam a quantidade de CO<sub>2</sub> associada a

	<p>uma geração de energia elétrica determinada. As emissões de GEE evitadas são calculadas a partir do fator médio anual de CO2 (tCO2/MWh) multiplicado pela Produção Anual (MWh) prevista. Para essa análise foi utilizado o fator para o ano base 2022, que corresponde a 0,0426 tCO2/MWh.</p> <p>Vale ressaltar que a usina é de Geração Distribuída (GD) de energia solar, uma fonte de energia pouco disseminada no Brasil. A GD apresenta benefícios frente aos sistemas de geração centralizada. Dentre estes benefícios destacam-se os menores impactos locais em comparação com geração centralizada, por se tratar de sistemas compactos voltados ao abastecimento local ou regional de energia elétrica, com menor demanda por área para a sua construção. Além disso, a GD possibilita maior eficiência e menor impacto com o transporte de energia, minimizando perdas e garantindo maior estabilidade da rede por estar próxima a centros de consumo.</p> <p>Considera-se que o uso de recurso da emissão em questão traz benefícios socioambientais claros e tangíveis.</p> <p>A presente emissão está alinhada com o componente Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (<i>Green Bond Principle 2</i>). Não obstante, foram identificadas lacunas na gestão socioambiental dos projetos, como a ausência de plano formalizado de descomissionamento ou logística reversa das placas solares após fim da vida útil e práticas e/ou políticas formalizadas. Portanto, sua classificação em relação às melhores práticas para títulos verdes é <u>Confortável</u>.</p>																				
<p>Gestão de recursos</p> 	<p><b>Características da emissão:</b> A emissão possui o valor de R\$95.000.000, com prazo de 14 anos e previsão para alocação total dos recursos em até 9 meses após a emissão, prazo menor que o de vencimento.</p> <p>O CAPEX estimado para os empreendimentos totaliza R\$ 118.843.200. A Platão será a única acionista dos projetos, de modo que o lastro verde associados à emissão dos CRIs corresponde à 79,94% do CAPEX total. O fato de o volume dos recursos da emissão ser inferior aos custos totais dos projetos mitiga os riscos de que os recursos captados sejam alocados em ativos não elegíveis ao título verde. Para completar o valor de CAPEX total dos projetos, a empresa fará uso de recursos próprios (<i>equity</i>).</p> <p>Na Tabela 4 é apresentado o CAPEX total dividido por projeto, além do volume total advindo do CRI em milhões de reais.</p> <p style="text-align: center;"><b>Tabela 4. Alocação dos recursos por projeto</b></p> <table border="1" data-bbox="526 1646 1212 1960"> <thead> <tr> <th>Projeto</th> <th>CAPEX total do projeto (R\$)</th> <th>CRI (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>SPE - 08</td> <td>14.855.400,00</td> <td rowspan="8" style="text-align: center; vertical-align: middle;">95.000.000 (79,94% do total)</td> </tr> <tr> <td>SPE - 09</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> <tr> <td>SPE - 10</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> <tr> <td>SPE - 11</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> <tr> <td>SPE - 12</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> <tr> <td>SPE - 13</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> <tr> <td>SPE - 15</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> <tr> <td>SPE - 14</td> <td>14.855.400,00</td> </tr> </tbody> </table> <p style="text-align: center;"><i>Fonte: Platão Capital</i></p>	Projeto	CAPEX total do projeto (R\$)	CRI (R\$)	SPE - 08	14.855.400,00	95.000.000 (79,94% do total)	SPE - 09	14.855.400,00	SPE - 10	14.855.400,00	SPE - 11	14.855.400,00	SPE - 12	14.855.400,00	SPE - 13	14.855.400,00	SPE - 15	14.855.400,00	SPE - 14	14.855.400,00
Projeto	CAPEX total do projeto (R\$)	CRI (R\$)																			
SPE - 08	14.855.400,00	95.000.000 (79,94% do total)																			
SPE - 09	14.855.400,00																				
SPE - 10	14.855.400,00																				
SPE - 11	14.855.400,00																				
SPE - 12	14.855.400,00																				
SPE - 13	14.855.400,00																				
SPE - 15	14.855.400,00																				
SPE - 14	14.855.400,00																				



	<p>Destaca-se que os projetos não foram objeto de emissões anteriores que tenham obtido a classificação de Título Verde, Sustentável ou Climático.</p> <p><b>Procedimentos para gestão dos recursos:</b> O termo de securitização inclui cláusulas indicando que a Platão Capital estará obrigada a realizar a Recompra Compulsória da totalidade dos Créditos Imobiliários, pagando à Securitizadora o Valor de Recompra, na ocorrência da não obtenção de parecer de segunda opinião que rotule os CRI como verdes.</p> <p>Além disso, é indicado no termo que o descumprimento de quaisquer leis, regulamentos e licenças pode resultar na proibição da companhia de atuar, impactando sua capacidade de cumprir com a cessão dos Créditos Imobiliários, afetando negativamente os Titulares dos CRI, e, conseqüentemente, descaracterizar os CRI como Títulos Verdes.</p> <p>Não foram estabelecidos mecanismos de redirecionamento de recursos caso os projetos falhem em atender os critérios dos GBP1 ('Uso de Recursos') e GBP2 (Processo de seleção e avaliação de projetos').</p> <p><b>Recursos temporariamente não alocados:</b> Enquanto os recursos da emissão não forem utilizados nos projetos, estes serão mantidos em conta garantia. Além disso, foi indicado pela companhia que estes recursos não serão alocados em nenhum instrumento financeiro durante este período, ficando apenas em conta corrente.</p> <p>A Platão Capital é uma empresa <i>pure play</i>, de modo que todo gasto realizado pode ser considerado com adicionalidade, mitigando o risco dos recursos serem contaminados por projetos carbono-intensivos.</p> <p><b>O valor total da emissão é inferior ao valor total dos projetos, os projetos não foram objeto de outras operações verdes ou rotuladas e os recursos serão mantidos em conta garantia. No entanto, não foram estabelecidos mecanismos de redirecionamento dos recursos no caso de descumprimento dos critérios dos GBP1 e GBP2. Portanto, o item Gestão de Recursos (Green Bond Principle 3) é classificado como <u>Confortável</u>.</b></p>
<p><b>Relato</b></p> 	<p>A Platão Capital está comprometida em reportar a alocação dos recursos e os benefícios ambientais dos projetos, porém apenas para investidores e acionistas. Não foi informado se as informações relativas à alocação de recursos e benefícios do projeto serão informadas referentes à emissão como um todo ou por cada UFV individualmente. O reporte desses indicadores ocorrerá através de relatório anual, até a maturidade da emissão. Os indicadores a serem relatados são:</p> <p>Indicadores Financeiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Alocação dos recursos nos projetos (R\$);</li> </ul> <p>Indicadores Ambientais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Capacidade instalada de projetos solares (MW);</li> <li>b) Volume de energia renovável gerado (MWh/ano).</li> </ul> <p>O Parecer Independente será compartilhado com o público geral, tanto através do website da Platão Energia como por meio do website da True Securitizadora ('Emissora').</p> <p>Além disso, a empresa indicou que será realizada uma verificação externa a respeito da alocação dos recursos e benefícios socioambientais dos</p>

projetos em até um ano contado da data da emissão do Parecer, a ser publicado no website da Platão. A Platão Capital se comprometeu a apresentar, além dos indicadores supramencionados, (i) o Informativo de Atividade da UFV de Campo Grande, a ser emitido pelo IMASUL; (ii) a declaração de isenção da licença por parte do órgão municipal de Dourados; (iii) os CAR ativos das propriedades em Campo Grande e Dourados no momento da verificação externa de pós emissão.

A presente emissão está alinhada com o componente Relato (*Green Bond Principle 4*), de modo que (i) a empresa tornará público este Parecer, (ii) realizará uma verificação externa acerca da alocação de recursos e benefícios socioambientais dos projetos em até um ano após a emissão, (iii) está comprometida a reportar a alocação de recursos e benefícios ambientais dos projetos para investidores e acionistas até a maturidade da emissão. Portanto, sua classificação é Liderança.

### Equipe técnica responsável



**Camila Ballini**  
Analista Sênior ESG  
[camila.ballini@nintgroup.com](mailto:camila.ballini@nintgroup.com)



**Camila Toigo**  
Coordenadora ESG  
[camila.toigo@nintgroup.com](mailto:camila.toigo@nintgroup.com)



**Cristóvão Alves**  
Diretor  
[crisovao.alves@nintgroup.com](mailto:crisovao.alves@nintgroup.com)

Rio de Janeiro, 06/09/2023



### III. Performance socioambiental dos projetos

---

Essa seção tem como objetivo avaliar a gestão socioambiental dos projetos elegíveis, visando identificar se os planos e programas implementados e previstos são capazes de medir, prevenir, mitigar e compensar seus eventuais impactos negativos. Dessa maneira, é possível confirmar a capacidade do projeto de contribuir para o desenvolvimento sustentável de maneira consistente. Além disso, foram pesquisadas controvérsias sociais e ambientais envolvendo os empreendimentos.

Para isto, avaliou-se a empresa e o projeto a partir de 4 grandes dimensões, a saber: meio ambiente, gestão socioambiental, comunidades, e trabalhadores e fornecedores. Cada dimensão foi composta por itens específicos que aprofundam as análises e trazem informações complementares ao [Capítulo II](#), de opinião e análise da emissão.

A avaliação da performance socioambiental foi realizada considerando as informações atuais e tendo como referências a legislação brasileira e os Padrões de Desempenho (PD) da IFC – *International Finance Corporation*<sup>17</sup>. Para fundamentar a avaliação dos PDs, foram usadas ferramentas e métodos de visualização de dados com o uso de Sistema de Informação Geográfica (SIG) e bases de dados de fontes oficiais e públicas.

Os recursos da emissão serão destinados ao financiamento de oito empreendimentos fotovoltaicos, sendo seis localizados no estado do Paraná, nos municípios de Paraíso do Norte, Apucarana, Manoel Ribas, Guapirama, São João do Caiuá e Mamborê e dois localizados no estado do Mato Grosso do Sul, mais especificamente nos municípios de Campo Grande e Dourados.

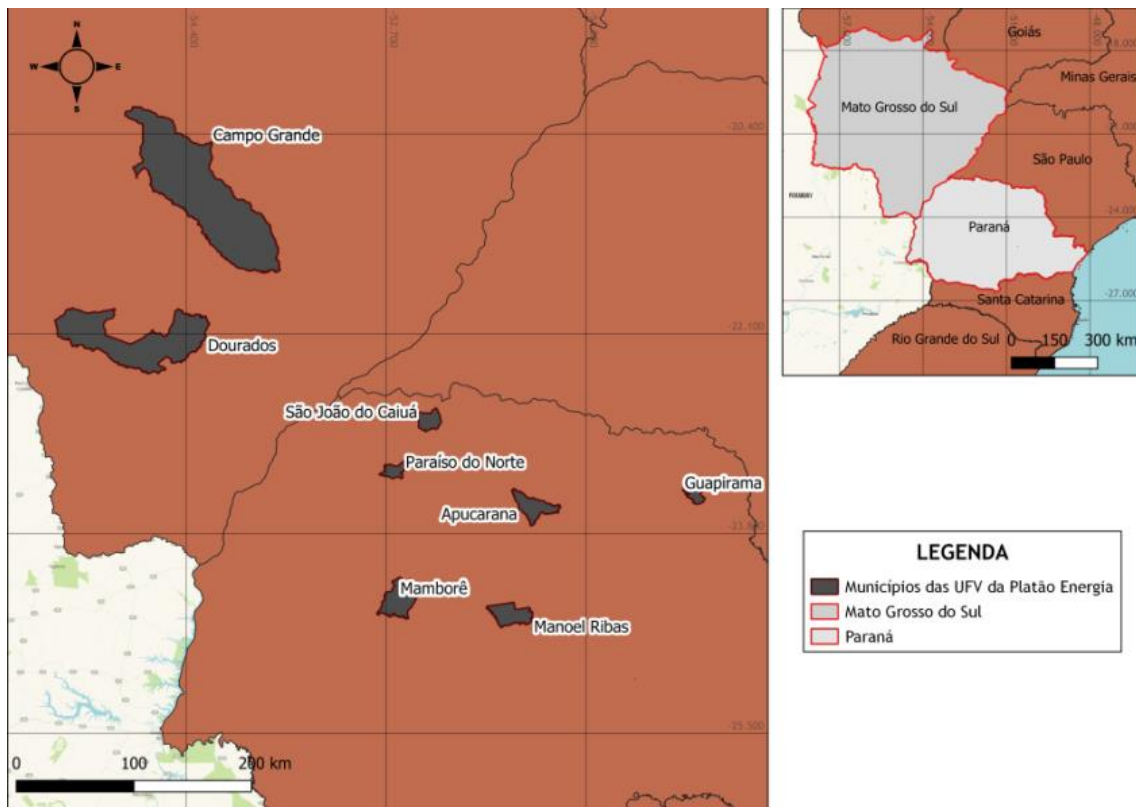
A figuras abaixo apresenta a localização dos projetos.

---

<sup>17</sup> [https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics\\_Ext\\_Content/IFC\\_External\\_Corporate\\_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards](https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards)



Figura 1. Localização dos projetos da Platão Capital



Fonte de dados: Platão Capital  
Elaboração: NINT

Foi realizada uma análise considerando a sobreposição das áreas dos projetos com locais com restrições socioambientais. No entanto, não foram identificadas áreas sensíveis próximas aos empreendimentos. Mais detalhes sobre os resultados dessa análise constam no [Quadro 1](#).

As análises das dimensões e dos itens que compõem a avaliação da gestão socioambiental da Caeté estão detalhadas no Quadro 2. Para cada dimensão, foi atribuída uma nota de desempenho – Superior (4), Confortável (3), Satisfatório (2), Insuficiente (1) e Crítico (0).

Quadro 1 - Análise da performance socioambiental dos projetos

Gestão socioambiental

●●○○ Satisfatório

• Licenças e autorizações ambientais:

As fazendas de geração de energia solar estão localizadas em Paraíso do Norte (PR), Apucarana (PR), Manoel Ribas (PR), Guapirama (PR), São João do Caiuá (PR) e Mamborê (PR), Campo Grande (MS) e Dourados (MS). Todas as usinas fotovoltaicas entrarão em fase de operação entre novembro de 2023 e janeiro de 2024. Para a análise aqui



descrita, foram avaliadas as licenças e autorizações ambientais apresentadas como evidência.

De acordo com a Portaria IAP N° 19 DE 06/02/2017 do Estado do Paraná (PR), no que tange o estabelecimento de procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar em superfície terrestre, os empreendimentos de energia solar são considerados como “empreendimentos de baixo potencial poluidor”, além de possuírem papel imprescindível na contribuição para uma matriz energética ecologicamente correta, os licenciamentos e quaisquer estudos necessários podem variar de acordo com a potência energética dos empreendimentos.

Dessa forma, empreendimentos com geração de energia de até 1 MW (megawatt) estão dispensados de estudos e de licenciamento ambiental, enquanto os empreendimentos com geração entre 1 MW a 5 MW necessitam de memorial descritivo ou dispensa de licenciamento ambiental para que haja a autorização ambiental. Os empreendimentos com potência entre 5 MW a 10 MW, de acordo com Governo do Estado do Paraná e do Instituto Água e Terra, necessitam apresentar um Relatório Ambiental Simplificado (RAS) para a emissão das licenças prévias, de instalação e de operação. Por fim, empreendimentos com potência acima de 10 MW precisam de estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) para a emissão das licenças.

Isto posto, as usinas objeto desta análise localizadas no Paraná possuem dispensa de licenciamento, tendo sido apresentados seus Certificados de Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual.

De acordo com o Manual de Licenciamento Ambiental<sup>18</sup> do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, usinas eólicas ou solares com área ocupada de até 15 hectares ou produção de até 5 MW de energia, desde que ocupe área antrópica, são isentas de licenciamento ambiental, mediante apresentação de Informativo de Atividade. A Platão Capital está aguardando a emissão do documento por parte do IMASUL referente a usina em Campo Grande, confirmando sua dispensa de licenciamento. Conforme indicado no [Capítulo II](#), a companhia se comprometeu a apresentar o Informativo de Atividade referente a UFV no momento da verificação externa de pós emissão.

Já o Decreto n° 2.316, de 29 de maio de 2023, do município de Dourados, indica que são isentas de licenciamento ambiental as atividades de construção, reforma e ampliação de usinas eólicas ou solares com área ocupada de até 15 hectares ou produção de até 5 MW de energia, desde que ocupe área antrópica. A definição do decreto indica que a usina de Dourados será isenta de licenciamento ambiental, de modo que a Platão solicitou ao órgão municipal uma declaração de isenção. No entanto, por ser um decreto relativamente recente, o órgão ainda não forneceu o documento à companhia. Conforme indicado no [Capítulo II](#), a companhia se comprometeu a apresentar a declaração de isenção referente a UFV no momento da verificação externa de pós emissão.

---

<sup>18</sup> <https://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/RESOLU%C3%87C3%830-SEMADE-N.-09-2015-alt-2020.pdf>



- **Cadastro Ambiental Rural (CAR):**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro público eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais no Brasil. Criado pela Lei nº 12.651/2012, sua finalidade é integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente (APPs), de uso restrito, de Reserva Legal (RL), de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, a fim de manter uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

De acordo com a Lei 12.651/2012, todo imóvel rural com mais de quatro módulos fiscais em sua área deve manter um mínimo de 20% da área total com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal (RL). Nos casos em que o imóvel não possui dispensa da exigência de possuir no mínimo 20% de reserva legal - por possuir mais que quatro módulos fiscais - é necessário que a propriedade tenha aderido ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

A empresa apresentou como evidência os registros dos CAR para os projetos elegíveis localizados no Paraná. As informações apresentadas foram comparadas com os dados atualizados no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), que demonstram a conformidade dos empreendimentos em relação ao Código Florestal: percentual de RL dentro dos limites estabelecidos para o bioma, CAR registrado e ativo. A Tabela 5 apresenta os Registros dos CAR dos empreendimentos.

Tabela 5: Registros dos CAR dos projetos elegíveis

Projeto	Registro CAR	Data de Cadastro	CAR Ativo?	Área do imóvel	Módulos Fiscais	Área de Reserva Legal
Apucarana - Lote 140 A	PR-4101408-03BF8137F43642609FD8D3B7CD753D17	10/04/2015	Sim	33,88 ha	2,42	2,25 ha
Apucarana - Lote 140 B	PR-4101408-9B9FE21FCFE64BDB93232DF36A80AE78	10/04/2015	Sim	33,88 ha	2,42	1,62 ha
Paraíso do Norte	PR-4118006-ED08F40E84AF4EBDB0F82FDE0F37DAEB	04/05/2016	Sim	328,98 ha	13,71	72,34 ha
Manoel Ribas	PR-4114500-061DA9BF951B49F48B5020838FA73A17	06/04/2015	Sim	12,60 ha	0,63	-
Guapirama - Quinhão 2	PR-4109005-CE08BBD7582848D79A112453C814F4A6	14/09/2022	Sim	9,98 ha	0,55	-
Guapirama - Quinhão 3	PR-4109005-4EB0DC3CF9EF45D5B0B590D13DB3B89E	14/09/2022	Sim	9,99 ha	0,55	-
São João do Caiuá	PR-4124905-E5C284989ECF418B8330807835C25EF6	14/04/2016	Sim	72,71 ha	3,03	2,93 ha
Mamborê	PR-4114005-B83B770F2E84482AACF67B69CA24CB52	30/04/2015	Sim	8,20 ha	0,41	-

Fonte: Elaboração NINT



A propriedade do projeto em Paraíso do Norte, cujo imóvel rural ocupa mais de 4 módulos fiscais, não tinha déficit de RL. Para os empreendimentos em Campo Grande (MS) e Dourados (MS), foram apresentados certificados de inscrição no CAR. As informações apresentadas foram validadas através do site do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, que confirmou que os imóveis estão inscritos para análise. Conforme indicado no Capítulo II, a companhia se comprometeu a apresentar os CAR ativos referentes a essas duas UFVs no momento da verificação externa de pós emissão.

Enquanto o empreendimento de Dourados ocupa uma área menor que quatro módulos rurais, o projeto em Campo Grande tem uma área próxima a 26 módulos fiscais, de modo que deve manter um mínimo de 20% da área total com cobertura de vegetação nativa. De acordo com os dados propostos no certificado de inscrição no CAR, o imóvel mantém a área estabelecida pela lei.

- **Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e Certificados:**

A Platão Capital não possui um Sistema de Gestão Ambiental formalizado, nem foram apresentadas evidências de análises de risco ambiental ou certificados que pudessem corroborar com a validação de um SGA da empresa.

O processo para avaliação e implantação dos projetos das UFV conta com diversas etapas, dentre elas uma Due Diligence fundiária, ambiental e técnica, que se baseia em estudos para verificar a aptidão da área para receber uma usina. Em seguida, são realizados os processos jurídicos, como o licenciamento dos empreendimentos e outros atos regulatórios para as usinas, como a obtenção de autorizações de supressão vegetal e regularização dos CAR dos terrenos escolhidos.

---

**Meio Ambiente**

- **Interferência em áreas legalmente protegidas:**

De acordo com a análise de sensibilidade dos projetos realizada considerando dados disponíveis publicamente por institutos brasileiros, como o IBAMA, não foram identificadas interferências em áreas legalmente protegidas ou de sensibilidade socioambiental, como unidades de conservação e APPs.

- **Gestão de Resíduos:**

Os empreendimentos não se encontram em implementação ou operação, portanto não há geração de resíduos no momento. Os principais tipos de resíduos sólidos gerados em usinas fotovoltaicas durante suas operações envolvem peças de substituição, embalagens plásticas, óleos e material de escritório. De acordo com a Platão, esses resíduos deverão ser segregados conforme sua classificação, sendo os de classe II (Não Perigosos) destinados, preferencialmente, para reciclagem e reaproveitamento, enquanto os resíduos classe I (Perigosos) devem ser destinados para aterros de resíduos contaminados, ou destruídos em locais devidamente licenciados. Contudo, não foi apresentado um Plano de Descomissionamento ou de Logística Reversa para disposição das placas solares após fim da vida útil das usinas.

- **Recursos hídricos e efluentes:**



Os projetos, por se encontrarem em etapa de planejamento, não possuem acompanhamento de uso de recursos hídricos. Projetos fotovoltaicos não possuem uso considerável de água em sua operação, sendo a etapa de construção a mais relevante para o uso de recursos hídricos. A companhia não apresentou políticas e/ou procedimentos formalizados relacionados ao tema.

- **Emissões atmosféricas e gases do efeito estufa (GEE):**

A geração de energia através de fontes renováveis não convencionais possui baixo impacto ambiental, ao passo que reduz as emissões de GEE. Considerando a fase atual dos projetos, que ainda não se encontram operacionais, a Platão Capital não desenvolveu relatórios de emissão de gases do efeito estufa associados aos projetos.

---

## Comunidades

●●●○ Confortável

- **Saúde e segurança da comunidade:**

Devido às características de baixo impacto dos empreendimentos de geração de energia fotovoltaica, além do fato dos projetos estarem localizados em áreas rurais com baixa densidade populacional, não foram evidenciados danos à saúde e segurança da comunidade local. A empresa não tem políticas e/ou procedimentos de gestão formalizados para o tema. Não foram encontradas controvérsias relacionadas ao tema envolvendo os projetos analisados.

- **Impacto em comunidades tradicionais:**

Com base na análise de sensibilidade conduzida para a avaliação dos projetos, não foram identificadas evidências de impacto a comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas ou assentamentos do INCRA associadas aos empreendimentos em análise.

- **Reassentamento involuntário:**

De acordo com a empresa, não há previsão de impactos sobre os imóveis nas proximidades e arredores dos projetos durante a instalação das usinas fotovoltaicas. Não foram identificados registros ou evidências de reassentamento involuntário ou necessidade de reassentamento involuntário associado aos empreendimentos.

- **Impacto em sítios arqueológicos e culturais:**

Com base nas análises de sensibilidade conduzidas para a avaliação dos projetos, não foram observadas alterações no solo, escavações próximas dos empreendimentos e registro de sítios arqueológicos próximo aos projetos.

---

## Trabalhadores e Fornecedores

●●○○ Satisfatório

- **Condições de Trabalho e Gestão da Relação com os Trabalhadores:**



A contratação dos trabalhadores é realizada por meio da área de Recursos Humanos da empresa. Já para monitoramento das condições de trabalho na obra, a companhia indicou ter um corpo técnico exclusivo para garantir o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho.

A companhia não possui política de saúde e segurança do trabalho. Apesar disso, a empresa indicou que realiza treinamentos a cada dois anos com trabalhadores de campo em relação às Normas Regulamentadoras (NR): 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção; 35 - Trabalho em Altura; e em relação a ABNT NBR 18.801 - Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho.

Os projetos analisados nesta emissão se encontram em fase preliminar, portanto não existem impactos significativos relacionados a proteção da mão de obra neste momento.

A NINT verificou que a Platão Capital não consta na “lista suja” mais recente publicada pelo Ministério do Trabalho, que cadastra empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo.

Não há política formalizada que aborde a gestão dos trabalhadores.

- **Fornecedores:**

A companhia indicou que a área de compras e planejamento é a responsável pela análise dos fornecedores. Apesar disso, não há política que formalize o tema. Além disso, não foram enviadas informações a respeito de como a gestão dos fornecedores é realizada.

- **Análise de Controvérsias:**

Foi realizada uma pesquisa de controvérsias sobre os projetos para identificar pontos de atenção quanto à atividade da empresa e o desempenho ASG dos projetos elegíveis. Não foram encontradas controvérsias envolvendo as atividades da empresa.

## IV. Performance ASG da Platão Capital<sup>19</sup>

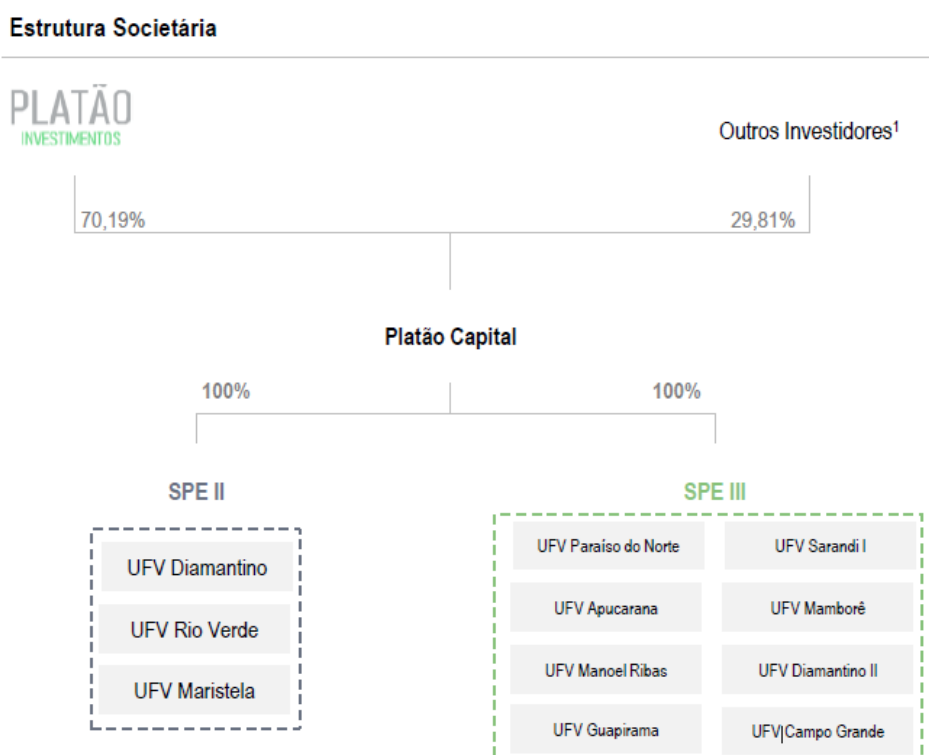
A Platão Capital é subsidiária da holding Platão Investimentos, assim como a Platão Energia.

Segundo o website institucional, a Platão Energia oferece, desde 2015, serviço completo de sistemas de geração de energia solar empresarial, residencial e rural. A empresa trabalha com sistemas conectados à rede, isolados e híbridos. Em 2019, a Platão Energia iniciou o processo de entrada no mercado de fazendas solares para geração distribuída. Ao final do ano, com o intuito de desenvolver e captar recursos para usinas próprias na geração distribuída, foi criada a Platão Investimentos, *holding* do grupo. No mesmo ano foi criada a Platão Capital, com o objetivo de desenvolver e captar recursos para usinas próprias no modelo de geração distribuída.

Em 2021, a Platão Energia concluiu o primeiro ciclo de investimentos no estado Paraná, construindo a UFV Loanda, que totaliza 6,7 MWp de potência instalada. Concomitante ao final da obra, nasceu a Plin Energia, braço de comercialização de energia do grupo.

A estrutura societária da companhia é ilustrada na figura 2.

Figura 2. Estrutura societária



Fonte: Platão Capital

Com a missão de contribuir na transição para um novo modelo de geração energética distribuída mais eficiente, a Platão Capital possui um pipeline com 20 pareceres de

<sup>19</sup> A Platão Capital e a Platão Energia são subsidiárias da Platão Investimentos. A Platão Energia, por ter sido a primeira fundada do grupo, é a subsidiária que contém um website com mais informações a respeito do negócio. As políticas e práticas da holding e suas subsidiárias são as mesmas.



acesso, que totalizam 77,53 MWp nos estados do PR, MS e MT. Segundo apresentação institucional, a companhia tem uma UFV operacional com capacidade de 6,65MWp e 14 UFVs em construção, com 53,97MWp de capacidade.

Uma análise da performance ambiental, social e de governança da Companhia foi realizada com base na análise das políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades, a contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas e o histórico de controvérsias que a empresa poderia estar envolvida.

- **Aspecto Ambiental**

A Companhia não apresenta nenhuma política estruturada em relação ao gerenciamento de riscos ambientais, adaptação ou resiliência climática. Apesar disso, a Platão indicou que está elaborando uma política socioambiental.

Não há iniciativas implementadas na companhia relacionadas a educação ambiental dos colaboradores, redução de consumo de luz ou redução de consumo de água da empresa.

A Platão indicou que monitora indicadores atrelados a energia renovável, total de tCO2 evitadas e metros cúbicos de resíduos tratados. No entanto, esses indicadores não foram enviados para a análise.

Considerando que operação da Companhia é 100% focada na geração de energia solar fotovoltaica, há um potencial significativo de redução de emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono e para a mitigação das mudanças climáticas, em linha com cenários de aquecimento de 1,5°C até 2050.

- **Aspecto Social**

A Companhia não apresenta políticas ou processos estruturados em relação ao gerenciamento de riscos relacionados a aspectos de direitos humanos, saúde e segurança do trabalho, diversidade, inclusão e fornecedores e jornada de trabalho.

Conforme indicado anteriormente, a Platão afirmou que realiza treinamentos a cada dois anos com trabalhadores de campo das seguintes Normas Regulamentadoras (NR):

- NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria de Construção;
- NR 35 - Trabalho em Altura;
- ABNT NBR 18.801 - Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho.

A Companhia também afirmou que cumpre com a legislação previdenciária repassando as contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para todos os trabalhadores CLT.

Não foram encontrados débitos trabalhistas, conforme pesquisa realizada no site da Secretaria de Trabalho<sup>20</sup> no dia 07/08/2023.

---

<sup>20</sup> <https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Emitir>



Também foi indicado que são realizados treinamentos para os colaboradores em relação a não discriminação. No entanto, não foi indicado com qual frequência estes treinamentos ocorrem. No caso de ocorrência de conflitos relacionados à discriminação, a empresa indicou que promove atividades formativas para minimizar estas ocorrências.

Não é realizado um monitoramento periódico da diversidade na companhia.

- **Aspecto Governança**

A Companhia não possui algumas políticas formalizadas e mecanismos relacionados à boas práticas de governança corporativa, tais como: código de conduta, código de ética e canal de ouvidoria.

Segundo a empresa, seu Conselho de Administração é considerado o órgão máximo no que tange à governança corporativa e tem por incumbência a orientação geral dos negócios, definição de estratégias da companhia e de suas controladas, além de avaliar a gestão.

Além disso, a companhia indicou estar em processo de elaboração de um Código de Ética e estruturação de um Comitê de Ética.

- **Controvérsias:**

Em relação à pesquisa de controvérsias que tenham gerado repercussão negativa na mídia ou mesmo internamente na empresa, não foram identificados casos associados às dimensões social, ambiental ou de governança.

Por meio desta análise, concluímos que a Platão Capital possui práticas ASG limitadas. Apesar de ter apresentado uma gestão de licenças e autorizações ambientais adequada dos projetos a serem implementados, a empresa apresenta muitas lacunas no que tange a práticas ambientais, sociais e de governança.

Ainda que seja uma empresa de porte pequeno, contando com cerca de 20 colaboradores, a falta de formalização de políticas e procedimentos internos prejudica sua capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar riscos socioambientais que podem estar atrelados ao negócio.

## V. Green Bond Principles Form

---

### Section 1. Basic Information

**Issuer name:** True Securitizadora S.A., backed by receivables from SPRS Platão Capital III S.A.

**Bond ISIN:** N/A

**Independent External Review provider's name:** NINT (Natural Intelligence), an ERM Group company

**Completion date of this form:** September 6th, 2023

**Date of the review:** N/A

### Section 2. Overview

#### 2-1 SCOPE OF REVIEW

The review:

- assessed the 4 core components of the Principles (**complete review**) and confirmed the alignment with the GBP/SBP/SBG (*delete where appropriate*).
- assessed only some of them (**partial review**) and confirmed the alignment with the GBP/SBP/SBG (*delete where appropriate*); please indicate which ones:
  - Use of Proceeds  Process for Project Evaluation and Selection
  - Management of Proceeds  Reporting
- assessed the alignment with other regulations or standards (CBI, EU GBS, ASEAN Green Bond Standard, ISO 14030, etc.); please indicate which ones:

#### 2-2 ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDER

- Second Party Opinion  Certification
- Verification  Scoring/Rating
- Other (*please specify*):

**Does the review include a sustainability quality score<sup>21</sup>?**

- Of the issuer  Of the project
- Of the framework  Other (please specify): Of the issuance
- No scoring

---

<sup>21</sup> The external review may indicate the provider's opinion of the overall sustainability quality of a bond or bond framework and assess whether it has a meaningful impact on advancing contribution to long-term sustainable development.



## ASSESSMENT OF THE PROJECT(S)

### Does the review include:

- The environmental and/or social features of the type of project(s) intended for the Use of Proceeds?
- The environmental and/or social benefits and impact targeted by the eligible Green and/or Social Project(s) financed by the Green, Social or Sustainability Bond?
- The potentially material environmental and/or social risks associated with the project(s) (where relevant)?

## ISSUER'S OVERARCHING OBJECTIVES

### Does the review include:

- An assessment of the issuer's overarching sustainability objectives and strategy, and the policies and/or processes towards their delivery?
- An identification and assessment of environmental, social and governance related risks of adverse impact through the Issuer's [actions] and explanations on how they are managed and mitigated by the issuer?
- A reference to the issuer's relevant regulations, standards, or frameworks for sustainability-related disclosure and reporting?

## CLIMATE TRANSITION STRATEGY<sup>22</sup>

### Does the review assess:

- The issuer's climate transition strategy & governance?
- The alignment of both the long-term and short/medium-term targets with the relevant regional, sector, or international climate scenario?
- The credibility of the issuer's climate transition strategy to reach its targets?
- The level/type of independent governance and oversight of the issuer's climate transition strategy (e.g. by independent members of the board, dedicated board sub-committees with relevant expertise, or via the submission of an issuer's climate transition strategy to shareholders' approval).
- If appropriate, the materiality of the planned transition trajectory in the context of the issuers overall business (including the relevant historical datapoints)?
- The alignment of the issuer's proposed strategy and targets with appropriate science-based targets and transition pathways<sup>23</sup> that are deemed necessary to limit

<sup>22</sup> Where issuers wish to finance projects towards implementing a net zero emissions strategy aligned with the goals of the Paris Agreement, guidance on issuer level disclosures and climate transition strategies may be sought from the [Climate Transition Finance Handbook](#).

<sup>23</sup> GHG emissions reduction targets that are in line with the scale of reductions required to keep the average global temperature increase to ideally 1.5°C, or at the very least to well below 2°C above pre-industrial temperatures. Science Based Targets Initiative (SBTi) is a branded verification body for science-based targets and SBTi verification is one way for issuers to validate the alignment of their emission reduction trajectories with science-based reference trajectories. In addition, ICMA has published a [Methodologies Registry](#) which



climate change to targeted levels?

The comprehensiveness of the issuer's disclosure to help investors assess its performance holistically<sup>24</sup>?

**Overall comment on this section:** According to NINT, the issuance is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to the market as Green Bond. The proceeds will finance the implementation of 8 photovoltaic solar power generation plants, which will start their operations between November 2023 and January 2024. The proceeds will be directed to finance capital expenditures totaling R\$ 95 million, which will be allocated to future expenses. The complete allocation of the proceeds is due to occur within 9 months after the issuance. The portion of proceeds not immediately allocated to the project will be segregated in a separate account.

The process of project evaluation and selection of the projects takes place through (i) the execution of due diligence to validate the implementation process of the projects and (ii) the execution of legal procedures, such as obtaining permits for the ventures and other regulatory actions.

The use of proceeds is aligned with the main sustainability frameworks and the company has internal capacity to monitor the project's environmental benefits. Platão Capital will report annually the allocation to its investors and shareholders.

We conclude that Platão Capital has the capacity to measure, prevent, mitigate and offset risks and sustain the conditions that give the issuance the status of a Green Bond.

### Section 3. Detailed Review

*Reviewers are encouraged to provide the information below to the extent possible and use the comment section to explain the scope of their review.*

#### 1. USE OF PROCEEDS

**Does the review assess:**

- the environmental/social benefits of the project(s)?
- whether those benefits are quantifiable and meaningful?
- for social projects, whether the target population is properly identified?

**Does the review assess if the issuer provides clear information on:**

- the estimated proceeds allocation per project category (in case of multiple projects)?
- the estimated share of financing vs. re-financing (and the related lookback period)?

**Overall comment on this section:** The issuance is eligible to be labelled as a Green Bond under the Renewable Energy category. The proceeds will finance 8 photovoltaic

*includes a list of tools to specifically help issuers, investors, or financial intermediaries validate their emission reduction trajectories..*

<sup>24</sup> *Including information such as the respective contribution (e.g. %) of the different measures to the overall reduction, the total expenses associated with the plan, or the issuer's climate policy engagement.*



solar power generation plants. The issuance totals R\$ 95 million and the proceeds will be allocated to future expenses (expected to occur within 9 months after the issuance). The eligible projects will become operational between November 2023 and January 2024. The financed projects meet the eligibility requirements in the Climate Bonds Taxonomy and are aligned with the Green Bond Principles.

## 2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

### Does the review assess:

- whether the eligibility of the project(s) is aligned with official or market-based taxonomies or recognised international standards? Please specify which ones.<sup>25</sup>
- whether the eligible projects are aligned with the overall sustainability strategy of the issuer and/or if the eligible projects are aligned with material ESG-related objectives in the issuer's industry?
- the process and governance to set the eligibility criteria including, if applicable, exclusion criteria?
- the processes by which the issuer identifies and manages perceived social and environmental risks associated with the relevant project(s)?
- any process in place to identify mitigants to known material risks of negative social and/or environmental impacts from the relevant project(s)?

### Overall comment on this section:

The eligible projects are aligned with Platão Capital strategy. Its selection and evaluation process include technical and engineering studies of selected areas, environmental licensing and connection approval to local energy distributors. The avoided emissions from the 8 photovoltaic plants were estimated as 1,300.32 tonCO<sub>2</sub>eq per year and the energy generation is estimated at 30,524 MWh/year. The assets meet the CBI sectorial criteria, since the projects fall into the category of onshore solar electricity generation facilities, and the Green Bond Principles' renewable energy category.

## 3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

### Does the review assess:

- the issuer's policy for segregating or tracking the proceeds in an appropriate manner?
- the intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds?
- Whether an external auditor will verify the internal tracking of the proceeds and the allocation of the funds?

### Overall comment on this section:

<sup>25</sup> The EU Taxonomy, CBI Taxonomy, UK Taxonomy, China catalogue, etc.



The proceeds will be allocated in a separate account, so the proceeds will be tracked. While the proceeds are not allocated in the eligible projects, they will not be allocated to any financial instrument during this period, remaining in a current account. However, Platão Capital is a pure play company, which mitigates the risk of the funds being allocated to carbon-intensive projects. The net issuance amount represents 79.94 % of the total costs of the eligible projects. The projects have not been nominated for other green or climate issuances.

#### 4. REPORTING

##### Does the review assess:

- the expected type of allocation and impact reporting (bond-by-bond or on a portfolio basis)?
- the frequency and the means of disclosure?
- the disclosure of the methodology of the expected or achieved impact of the financed project(s)?

##### Overall comment on this section:

Platão Capital is committed to reporting annually the allocation of proceeds and environmental benefits of the projects until the bond's maturity. This information will be disclosed only to investors and shareholders. There will be an external evaluation regarding the allocation of the resources and the environmental benefits of the projects within 12 months of the issuance. Platão is committed to publish this Second Party Opinion and the post-issuance external evaluation reports in its website.

#### Section 4. Additional Information

Useful links: <https://plataoenergia.com.br/>

**Analysis of the contribution of the project(s) to the UN Sustainable Development Goals:** It was assessed that the projects will contribute to the achievement of the UN Sustainable Development Targets 7.2 (By 2030, increase substantially the share of renewable energy in the global energy mix) and 13.1 (Strengthen resilience and adaptive capacity to climate-related hazards and natural disasters in all countries).

**Additional assessment in relation to the issuer/bond framework/eligible project(s):** N/A



## Anexo I - Método

A análise da NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) **Avaliação da Emissão** - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Green Loan Principles (GLP)*.
  - Uso dos Recursos (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos *Green Bond Principles*, *Social Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*;
  - Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (*Process for Project Evaluation and Selection*): garantia de benefícios ambientais e/ou sociais associados ao pagamento de dívida da empresa;
  - Gestão dos Recursos (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes;
  - Relato (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.
  
- 2) **Performance ASG da Empresa** - avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI<sup>26</sup> e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
  - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
  - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
  - Controvérsias<sup>27</sup> que a empresa está envolvida.

### Legendas

#### Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.

<sup>26</sup> <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>






<sup>27</sup> O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.



<b>Limitado</b>	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.
-----------------	--

Fonte: NINT

### Níveis de performance socioambiental do projeto

Performance do projeto	
<b>Superior</b> 	O projeto possui as melhores práticas naquela dimensão, se tornando referência para outras empresas no desempenho socioambiental/ASG por meio da busca de inovação e melhoria contínua, contribuindo assim de maneira relevante para o desenvolvimento sustentável, inclusive com compromissos de manter essa contribuição no longo prazo.
<b>Confortável</b> 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico, além de estar alinhado com padrões internacionais de sustentabilidade (ex: IFC Performance Standards e GRI), contribuindo de forma ampla para o desenvolvimento sustentável.
<b>Satisfatório</b> 	O projeto cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
<b>Insuficiente</b> 	O projeto não cumpre os requisitos mínimos de conformidade com a legislação no tema específico.
<b>Crítico</b> 	O projeto não apresenta evidências de seu desempenho na dimensão específica.

### Níveis de severidade das controvérsias

Severidade	
<b>Baixa Severidade</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
<b>Média Severidade</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo para a empresa.
<b>Alta Severidade</b>	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
<b>Crítico</b>	Descumpre a lei e afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.



## Níveis de responsividade das controvérsias

Responsividade	
<b>Proativa</b>	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
<b>Remediativa</b>	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os stakeholders impactados.
<b>Defensiva</b>	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
<b>Não-responsiva</b>	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.



Rio de Janeiro | São Paulo | Bogotá | Quito

[www.nintgroup.com](http://www.nintgroup.com)